

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.846.526 - MG (2018/0253567-8)**

**RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA**  
**RECORRENTE : CEMIG DISTRIBUICAO S.A**  
**ADVOGADOS : REYNALDO XIMENES CARNEIRO - MG010136**  
**CLAUDIA PERIARD PRESSATO CARNEIRO E OUTRO(S)**  
**- MG052402**  
**RICARDO FERREIRA BAROUCH - MG097853**  
**ALOYSIO FERNANDES XIMENES CARNEIRO -**  
**MG134467**  
**ADILSON ADAILDE DOS SANTOS - MG143316**  
**NATALIA DE DEUS AFONSECA - MG179655**  
**RECORRIDO : CORNELIO JOSE FERREIRA PEREIRA**  
**RECORRIDO : CARLOS AUGUSTO FERREIRA PEREIRA**  
**ADVOGADOS : CORNÉLIO JOSÉ FERREIRA PEREIRA (EM CAUSA**  
**PRÓPRIA) - MG053354**  
**JÚLIO MACIEL PEREIRA - MG084416**

## **DECISÃO**

### **Vistos.**

Verifico que, no presente feito, discute-se tema relativo à “definição do prazo prescricional aplicável à desapropriação indireta na hipótese em que o Poder Público tenha realizado obras no local ou atribuído natureza de utilidade pública ou de interesse social ao imóvel”, cuja afetação ao rito dos arts. 1.036 e seguintes do Código de Processo Civil de 2015 foi realizada pela 1ª Seção, em sessão de afetação eletrônica de 19 a 25.6.2019, nos Recursos Especiais n. 1.757.385/SC e n. 1.757.352/SC, Tema n. 1.019, assim ementado:

***RECURSOS ESPECIAIS REPRESENTATIVOS DE CONTROVÉRSIA. RITO DOS ARTIGOS 1.036 E SEQUINTE DO CPC/2015. RESP 1.757.385/SC E RESP 1.757.352/SC. PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA. IMÓVEL LOCALIZADO EM FAIXA DE DOMÍNIO DE RODOVIA. DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA E REALIZAÇÃO DE OBRAS NO LOCAL. PRESCRIÇÃO. APLICAÇÃO DO PRAZO DE 15 ANOS PREVISTO NO CAPUT DO ART. 1.238 DO CC OU DE 10 ANOS DO SEU PARÁGRAFO ÚNICO. APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE AFETAÇÃO À PRIMEIRA SEÇÃO. ADMISSÃO.***

*1. Admitida a afetação com a seguinte delimitação da tese controvertida: "Definição do prazo prescricional aplicável à desapropriação indireta na hipótese em que o Poder Público tenha realizado obras no local ou atribuído natureza de utilidade pública ou de*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*interesse social ao imóvel, se de 15 anos, previsto no caput do art. 1.238 do CC, ou de 10 anos, nos termos do parágrafo único".*

*2. Recursos Especiais submetidos ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC.*

(ProAfR no REsp 1.757.385/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 25/06/2019, DJe 01/08/2019).

Posto isso, **DETERMINO** a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa, para que o processo permaneça suspenso até a publicação de acórdão nos recursos especiais supracitados, observando-se oportunamente o procedimento do art. 1.035 e seguintes do Código de Processo Civil de 2015.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Brasília (DF), 11 de novembro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora